



Grupo de Estudos Marxistas

II CONGRESSO INTERNACIONAL

Colectânea de textos | **MARX EM MAIO 2014**

A arte como trabalho ou o trabalho como arte

Sérgio Dias Branco*

Em 1924, o cineasta soviético Dziga Vertov respondia a cinco perguntas propostas pela revista *Kino*. Uma delas era sobre a atitude dele em relação à arte. Vertov ofereceu esta resposta:

«Um milionésimo da inventividade que o homem mostra no seu trabalho diário na fábrica, na unidade industrial, no campo, isso já contém um elemento daquilo que as pessoas destacam como a chamada ‘arte’.

O próprio termo ‘arte’ é contra-revolucionário em essência, uma vez que protege toda uma casta de privilegiados, que se imaginam a si mesmos não como pessoas, mas como milagreiros dessa mesma ‘arte’. Inspiração, ou melhor, um entusiasmo pelo seu trabalho, não é a prerrogativa destes ‘Reis Magos’, mas também de cada trabalhador na Central Hidroelétrica Volkhov, de cada condutor num comboio, cada tornador num torno mecânico.

* Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde coordena os Estudos Fílmicos e da Imagem no curso de Estudos Artísticos. Cursoú Estudos Fílmicos na Universidade de Kent, onde se doutorou. Integra o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e o grupo de análise fílmica da Universidade de Oxford, “The Magnifying Class”. É co-editor das revistas *Cinema: Revista de Filosofia e da Imagem em Movimento* e *Conversations: The Journal of Cavellian Studies*. Tem apresentado trabalhos nas Universidades Yale e de Glasgow, entre outras, e publicado ensaios em revistas como a *Fata Morgana* e em livros colectivos sobre a estética das obras da imagem em movimento. É activista do Manifesto em Defesa da Cultura.

Destruindo de uma vez por todas o termo 'arte', não devemos, é claro, trazê-lo de volta numa outra forma, digamos sob o disfarce de 'trabalho artístico'. É essencial que estabeleçamos definitivamente que não há fronteira entre o trabalho artístico e não-artístico»¹.

Ou seja, o cineasta aproveitou esta oportunidade para lançar um pequeno, mas contundente, manifesto pela destruição do conceito de arte, salientando que tal conceito conduz a uma abordagem elitista da questão do trabalho. No ano da morte de Lênine, Vertov negava deste modo a linha de separação entre o artístico e não-artístico no domínio do trabalho e da produção, combatendo assim uma perspectiva que considerava ser contra-revolucionária e idealista. Esta investigação desenvolve estas sugestões, a partir da análise crítica, materialista e dialéctica, de Karl Marx e Friedrich Engels ao tema do trabalho. O capitalismo reduz o trabalho a uma actividade instrumental e forçada, um meio de alienação. A transformação histórica e prática das relações de produção, num processo de emancipação humana, permitem tornar o trabalho numa forma de realização e desenvolvimento integral, criador e criativo.

1- Dziga VERTOV, «An Answer to Five Questions», in *Lines of Resistance: Dziga Vertov and the Twenties*, ed. Yuri Tsivian, trad. Julian Graffy, Bloomington, Indiana University Press, 2005, p. 94 (trad. minha): «One-millionth part of the inventiveness which every man shows in his daily work in the factory, the works, in the field, that already contains an element of what people single out as so-called 'art'.

The very term 'art' is counter-revolutionary in essence, since it shelters a whole caste of privileged people, who imagine themselves to be not people but the miracle workers of this same 'art'. Inspiration, or rather an enthusiasm for your work, is not the prerogative of these 'Magi', but also of every worker on the Volkhov Hydro-Electric Plant, every driver in his train, every turner at his lathe.

Destroying once and for all the term 'art,' we should not, of course, bring it back in another form, let's say under the sauce of 'artistic labor'. It is essential that we establish definitively that there is no border between artistic and non-artistic labor».

1. Trabalho e humanidade

Há um determinado entendimento do trabalho que fundamenta as palavras de Vertov: a de uma actividade do homem que utiliza as suas capacidades físicas e intelectuais para transformar os recursos naturais de maneira a que o produto dessa transformação satisfaça as suas necessidades. Os recursos da natureza são os *objectos de trabalho*. O conjunto de capacidades físicas e intelectuais é a *força de trabalho*, que no capitalismo se torna a mercadoria básica, e cuja distinção do trabalho como actividade permite ver o mecanismo de exploração capitalista que toma a forma de mais-valia, o excesso de valor produzido por quem trabalha acima do salário que lhe é pago. Ao empregar a sua força de trabalho sobre os objectos de trabalho, o homem produz coisas que considera terem valor de uso, mas produz-se também a si mesmo neste processo. Neste sentido, escreve Engels:

«O trabalho é a fonte de toda riqueza, dizem os economistas políticos. Ele é isso – juntamente com a Natureza, que lhe fornece a matéria que ele transforma em riqueza. Mas é ainda infinitamente mais do que isso. Ele é a primeira condição fundamental de toda a vida humana e, com efeito, num grau tal que, em certo sentido, temos de dizer: ele criou o próprio homem»².

A hipótese levantada por Engels é a de que o homem toma consciência de si, das suas faculdades, através do trabalho e da sua dimensão transformadora. Ao mesmo tempo, o uso que faz dos produtos resultantes do trabalho e a sua interacção com eles mudam aquilo que ele é. Esta mudança torna-se evidente se considerarmos a forma como as relações de produção e a estrutura económica se complexificam e se reflectem em instituições sociais de carácter cultural e ideológico. Em vista disso, o trabalho condensa a dimensão materialista e dialéctica do movimento desenvolvendo o ser humano. É um factor humano – quer dizer, um factor da humanidade que assim se vai fazendo. Ao trabalhar, o homem trabalha-

2- Friedrich ENGELS, «Quota-parte do Trabalho na Hominização do Macaco» [1876], in Karl MARX e ENGELS, *Obras Escolhidas*, tomo III, trad. José Barata-Moura, Lisboa/Moscovo, Editorial «Avante!», Edições Progresso, 1985, p. 71.

se, o que faz com que o trabalho ganhe uma caracterização antropológica e a esfera da força de trabalho tenha que incluir também o poder criativo-projectivo, ao qual se faz referência nesta passagem de *O Capital*:

«Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha, através da construção dos seus alvéolos de cera, envergonha muitos mestres-de-obras humanos. O que, porém, de antemão distingue o pior mestre-de-obras da melhor abelha é que ele construiu o alvéolo na sua cabeça antes de o construir em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que, no começo do mesmo, já na ideia do operário, portanto, já idealmente, se achava presente. Não que ele apenas opere uma modificação de forma do natural; ele realiza, ao mesmo tempo, no natural o seu objectivo, que ele conhece, e que determina como lei o modo do seu agir e ao qual ele tem de subordinar a sua vontade. E esta subordinação não é nenhum acto isolado. Para além do esforço dos órgãos que trabalham é requerida, para toda a duração do trabalho, a vontade conforme ao objectivo, que se exterioriza como atenção, e é tanto mais requerida quanto menos ele – pelo próprio conteúdo e o modo da sua execução – entusiasma o operário, quanto menos este desfruta daquele como jogo das suas próprias forças corporais e espirituais»³.

O resultado obtido através do trabalho é uma verdadeira criação, de objectos e dos seus valores, a partir de um processo de transformação da natureza. A actividade de trabalho⁴ está ainda na esfera do natural, na

3- Karl MARX, *O Capital* [1867], livro primeiro, tomo I, trad. José Barata-Moura, João Pedro Gomes, Pedro de Freitas Leal, Manuel Loureiro, e Ana Portela, Lisboa/Moscovo, Edições «Avante!», Edições Progresso, 1990, p. 206.

4- Justifica-se distinguir aqui a *actividade de trabalho* da *actividade laboral*. Esta distinção será pertinente para o próximo passo desta reflexão e relaciona-se com a diferença indicada por Engels numa nota de rodapé na quarta edição de *O Capital* entre duas palavras em inglês, «work» e «labour», que neste contexto podemos traduzir simplesmente como *trabalho* e *labor*. De acordo com ele, estas duas palavras descrevem dois aspectos opostos do trabalho humano. O primeiro «cria valores de uso e é qualitativamente determinado», enquanto o segundo «cria valor [valor de troca] e é apenas medido quantitativamente» — MARX, *Capital*, vol. 1, trad. Ben Fowkes, Londres, Penguin, 1990, p. 138, n. 16: «creates use-values and is qualitatively determined» e «creates value and is only measured»

medida em que está ligada ao desenvolvimento da natureza humana, que não é dada nem imutável como a metafísica afirma. Note-se a tensão dialéctica que Marx assinala no fim desta citação. A ideia é a de que o entusiasmo do operário, do trabalhador, pela natureza e modo de executar do trabalho, está directamente relacionado com o desfrute do jogo das suas próprias forças físicas e mentais (ou corporais e espirituais, nas palavras de Marx). O que nos conduz ao tema da alienação.

2. Trabalho e alienação

O trabalho cria riqueza porque cria valor. Marx assenta a teoria do valor no trabalho e distingue entre dois tipos de valor: o *valor de uso* e o *valor de troca*. O que define o valor de uso de uma coisa é a sua utilidade, este valor «só se realiza no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a sua forma social»⁵. Há coisas úteis para nós que não são produto do trabalho humano, como o ar que respiramos. Há também coisas úteis que, sendo produto do trabalho humano, não são mercadorias, porque ou são produzidas para o usufruto de quem as produziu ou não são trocadas socialmente⁶. Uma mercadoria, é caracterizada pela unidade dialéctica valor de uso-valor de troca, sendo transferida através de uma troca e tendo um valor de uso para quem a adquire, o que faz com que o valor de uso tenha um carácter *social*. Ou seja, a formação do valor a partir do trabalho depende do uso — um fruto de trabalho inútil faz com que o trabalho seja igualmente inútil, diz-nos Marx⁷.

O valor de uso está, por consequência, associado às qualidades de um produto que permitem responder a certas necessidades do ser humano.

quantitatively». O segundo termo descreve um tipo de trabalho que as relações de produção capitalistas tornam necessariamente alienado e, por essa razão, está associado ao *wage labour*, normalmente traduzido como *trabalho assalariado*. Por outras palavras, o trabalho é o labor extirpado das suas características alienantes.

5- MARX, *O Capital*, livro primeiro, tomo I, p. 46.

6- São simplesmente entregues a outrem, por exemplo, a um senhor feudal ou a um clérigo, como clarifica Engels num acrescento ao texto. *Ibid.*, p. 52.

7- MARX, *O Capital*, livro primeiro, tomo I, p. 52.

O valor de troca está, por seu turno, ligado à quantidade, tomando correntemente a forma monetária. Para além disso, «[o] trabalho humano forma valor, mas não é valor. Torna-se valor no estado coagulado, na forma de objecto»⁸. Podemos, no entanto, perguntar que valor de uso pode ter uma obra de arte e a que necessidades humanas responde? Às necessidades historicamente situadas de, por exemplo, realizar a imaginação, formar os sentidos, encontrar novos olhares, registar a memória, expressar vivências, inscrever na realidade outra realidade, quer no campo da criação quer no campo da fruição.

O processo de resposta a esta questão remete-nos para a dupla face do trabalho, que podemos relacionar directamente com a arte. O trabalho não é apenas a criação de objectos que satisfazem necessidades humanas, mas também a arte do homem fazer uso dos seus poderes reflexivos e criativos. Esta segunda face do trabalho é inseparável da primeira, porquanto, como vimos em Engels, o trabalho é também um meio de auto-consciência humana. Prolongando essa ideia, podemos concluir que o homem só transforma verdadeiramente os recursos naturais quando está consciente dessa transformação, logo consciente da maneira como afirma as suas capacidades nesse processo, aplicando-as e desenvolvendo-as. Tal consciência humana brota da actividade transformadora, integrando-a. O trabalho e a arte concretizam e moldam objectos, mas também concretizam e moldam a subjectividade humana no quadro da materialidade social da vida humana. Como bem sintetiza Adolfo Sánchez Vázquez:

«Marx e Engels concebem assim uma sociedade em que a criação artística não seja uma actividade que se concentra exclusivamente em indivíduos excepcionalmente talentosos nem tão-pouco uma actividade exclusiva e única. É, por um lado, uma sociedade de homens-artistas em que não só a arte, mas o trabalho em si, é a expressão da natureza criativa do homem. O trabalho humano, como manifestação total das forças essenciais do homem, contém já uma possibilidade estética que a arte realiza plenamente. Todo

8- Ibid., p. 63.

o homem, por isso, na sociedade comunista, será criador, ou seja, artista»⁹.

Esta perspectiva marxista sobre o trabalho contrasta com aquela que Sean Sayers designa de hedonista e instrumental, que vê o ser humano como procurando somente o que lhe dá prazer e, em simultâneo, entende o trabalho como um fardo que ele cumpre sem querer¹⁰. Esta concepção motiva a seguinte especulação do filósofo escocês David Hume no seu escrito sobre os *princípios da moral*, citado por Sayers:

«Vamos supor que a natureza conferiu à humanidade uma tal profusa abundância de todas as conveniências externas que, sem nenhuma incerteza nesta hipótese, sem qualquer cuidado ou engenho da nossa parte, cada indivíduo encontra-se providenciado de tudo o que os seus apetites devoradores podem querer, ou que a imaginação luxuriante deseja (...)»¹¹.

Esta é uma visão idealista e utópica, que parte do pressuposto de que o homem está fora da natureza e da história, inalterável, aguardando apenas o ajuste entre si e o mundo. Trata-se de uma visão que é, em si, um efeito de uma ideologia de classe, burguesa, que opõe o trabalho à

9- Adolfo SÁNCHEZ VÁZQUEZ, *Las ideas estéticas de Marx*, Cidade do México, Siglo Veintiuno Editores, 2005, p. 284 (trad. minha): «Marx y Engels conciben así una sociedad en la que la creación artística no sea ni la actividad que se concentra exclusivamente en individuos excepcionalmente dotados ni tampoco una actividad exclusiva y única. Es, por un lado, una sociedad de hombres-artistas en cuanto a que no sólo el arte, sino el trabajo mismo, es la expresión de la naturaleza creadora del hombre. El trabajo humano, como manifestación total de las fuerzas esenciales del hombre, contiene ya una posibilidad estética que el arte realiza plenamente. Todo hombre, por ello, en la sociedad comunista, será creador, es decir, artista».

10- Sean SAYERS, «Why Work?: Marx and Human Nature», *Science & Society*, vol. 69, n.º 4 (2005), pp. 607-609.

11- David HUME, *An Enquiry Concerning the Principles of Morals* [1751], in *Enquiries*, ed. L. A. Selby-Bigge, Oxford, Clarendon Press, 1894, p. 183: «Let us suppose that nature has bestowed on the human race such a profuse abundance of all external conveniences, that, without any uncertainty in the event, without any care or industry on our part, every individual finds himself fully provided with whatever his most voracious appetites can want, or luxurious imagination wish or desire (...)».

satisfação e a actividade manual à intelectual. Marx contrapõe a esta posição uma outra que descreve a constrangedora experiência humana do trabalho como uma condição histórica específica no sistema capitalista. O que quer dizer que esta condição não é perpétua. A sua análise fundamenta-se no facto da alienação, envolvendo o estranhamento¹². O trabalhador é afastado de si como produtor porque os meios e objectos de trabalho não lhe pertencem. É separado da cristalização do seu trabalho, é oposto ao fruto dessa sua actividade, que no sistema capitalista lhe é retirado tornando-se estranho e independente. É distanciado do acto de produção através da rotina, do ritmo laboral intenso, da divisão desconectada do trabalho, da baixa qualificação, e da redução da força de trabalho a mercadoria e ao salário como valor de troca. Finalmente, é alheado dos outros trabalhadores, com os quais compete em vez de cooperar. Nos *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*, Marx chama ao trabalho a actividade humana vital, pelo que nas suas palavras o trabalho alienado conduz a uma «alienação do homem do homem»¹³.

A solução impõe-se para Marx. Só através da transformação revolucionária das relações de produção pode o trabalho desapossado desaparecer para dar lugar a outra experiência do trabalho. Daí a necessidade de que a propriedade privada dos meios de produção seja abolida, o que resultaria no restabelecimento da ligação entre os trabalhadores e os meios, objecto, produto e a sua força de trabalho, portanto com a natureza, portanto consigo, efectivando aquilo que a sua consciência histórica-política dita e que a situação material-histórica permite. Esta dimensão de efectivação historicamente situada impede que se pense neste restabelecimento como um recuo, um regresso a um passado. Voltar a fazer esta ligação passa, pelo contrário, pelo estabelecimento de uma nova etapa na história da humanidade.

12- Sobre a distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), ver Jesus RANIERI, *A Câmara Escura: Alienação e Estranhamento em Marx*, São Paulo, Boitempo, 2001.

13- MARX, *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*, trad. Maria Antónia Pacheco, Lisboa, Edições «Avante!», 1993, p. 69.

3. Arte e trabalho

O trabalho torna-se então produção, os trabalhadores tornam-se produtores, afirmando os seus poderes criadores e criativos, e realizando-se no trabalho e através do trabalho. A arte é um transparente exemplo disso, mesmo quando irrompe no sistema capitalista, porque, como diz José Barata-Moura, «representa uma expressão directa e *própria* da *criatividade* humana no mundo»¹⁴. O mesmo pensador observa, fazendo uma sùmula, que «a expressão artística, na panóptica colorida dos seus desdobramentos e na panóplia variada das suas instanciações, constitui um elemento integrante do trabalho humano das realidades, no sentido de nelas imprimir um selo enriquecedor da sua humanidade»¹⁵.

Na arte como trabalho conseguimos encontrar o trabalho como arte, que é a libertação do trabalho do domínio da necessidade, da actividade forçada que permita a sobrevivência, tal como existe no capitalismo. A este respeito, vale a pena citar o final do livro terceiro de *O Capital*, numa tradução de Eduardo Chitas:

«A liberdade, neste domínio, só pode consistir, no facto de que o homem sociabilizado, os produtores associados, regulam racionalmente as suas trocas com a natureza, colocam-nas sob o seu controlo comum, em vez de serem dominados por ela como por uma força cega; realizam-nas com o menor esforço e nas condições mais dignas e mais adequadas à sua natureza humana. Mas isto permanece sempre um reino da necessidade. Para além deste, começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si, o verdadeiro reino da liberdade, que só pode florescer na base daquele reino da necessidade»¹⁶.

14- José BARATA-MOURA, «Sobre a Reflexão de Álvaro Cunhal em Torno da Arte. Um Alinhavo de Notas», in *Três Ensaios em Torno do Pensamento Político e Estético de Álvaro Cunhal*, Lisboa, Edições «Avante!», 2014, p. 95.

15- *Ibid.*, p. 96.

16- A partir de MARX, *Das Kapital*, livro III, Marx-Engels-Werke 25, Berlim, Dietz Verlag, 1968, p. 288.

Podemos ser tentados a ver o trabalho no domínio da arte como uma excepção, algo que tem de ser tratado à parte dadas as relações laborais e económicas que o suportam. No entanto, esta abordagem é uma consequência ideológica do capitalismo que mascara a exemplaridade e a alternatividade deste trabalho no sistema de relações de produção prevalecte. É exemplar porque demonstra como a força de trabalho é desvalorizada no capitalismo, perdendo a arte a sua função social e passando a cumprir um limitado papel de refinamento ou entretenimento. Não será alheio a isto, a forte componente ideológica que a arte pode ter, e o seu carácter possivelmente crítico, com uma autonomia relativa no contexto do domínio da ideologia burguesa. É neste sentido que é também alternativo, dado que é uma actividade em que, pelas suas próprias características, o estranhamento está menos presente e na qual o ser humano se pode olhar a si mesmo não só como produto da história, mas sobretudo como fazedor da história, e como parte de inter-relações que o situam e lhe permitem situar-se no todo social¹⁷.

Álvaro Cunhal chama a atenção para o modo como a vida social influencia a obra de arte e se reflecte nela. Os artistas podem recusar e negar as influências sociais, mas não se podem furtar a elas:

«A influência e os reflexos da vida social na criação artística podem ou não depender da vontade do artista. Em qualquer caso são uma realidade objectiva. Decorrem do facto de que o ser humano vive em sociedade e de que o artista, como ser humano, está sob permanentes influências externas, nomeadamente as sociais»¹⁸.

Tal como Marx, Cunhal não isola os fenómenos, não os examina de forma determinista ou mecanicista, como faziam os materialistas vulgares de que Lénine se distanciou¹⁹, mas dialéctica. As obras de arte surgem no

17- Ver MARX, *Elementos fundamentales de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, vol. 1, ed. José Aricó, Miguel Murmis, e Pedro Scaron, trad. Scaron, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 1987, p. 205.

18- Álvaro CUNHAL, *A Arte, o Artista e a Sociedade*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1998, p. 25.

19- Ver V. I. LÉNINE, *Materialismo e Empiriocriticismo: Notas Críticas sobre uma*

interior da teia de relações sociais, num determinado momento histórico, e como tal são também marcadas pelo conflito de classes quer na sua origem quer nas diversas interpretações e apropriações a que estão sujeitas.

As palavras bombásticas de Vertov têm um claro sentido de afirmação da revolução na sua dimensão popular. Cunhal refere que a história de arte reconhece as obras dos grandes artistas e, por vezes, recupera e aprecia as obras dos que não ficaram imediatamente na história, mas «é também em si mesma uma afirmação da criatividade artística dos povos e da contribuição da criatividade artística dos povos para a criatividade dos artistas e para o património artístico da humanidade»²⁰. Esta é uma questão crítica devido ao antagonismo que muitas vezes se institui entre o singular e o comum e entre a singularidade e a comunidade. Ora o que Vertov afirma na sua resposta é uma abordagem dialéctica a esta questão. De modo semelhante, Barata-Moura argumenta que a singularidade só emerge como tal «numa moldura comunitária interactiva de relacionamentos» e acrescenta que, de facto, «[a]quilo que caracteriza as dicotomizações metafísicas correntes, de um 'atomismo' irredutível contraposto à dissolução abstracta na 'massa', é precisamente, do ponto de vista filosófico, uma confrangedora ausência de dialéctica»²¹.

Não é por acaso que Vertov menciona a central hidroelétrica de Volkhov, que ainda estava em processo de conclusão aquando da sua resposta. Seria inaugurada em Dezembro de 1926 e foi uma realização de um povo, o resultado do esforço conjunto de muitos operários e trabalhadores para a construção de uma peça fundamental no desenvolvimento industrial e económico da Rússia e da União Soviética. Vertov, Sergei M. Eisenstein, Vsevolod Pudovkine, e outros realizadores de cinema soviéticos, valorizaram sempre o contributo de quem trabalhou com eles, nunca esquecendo a dimensão colectiva da produção cinematográfica. Indissociável desta valorização, e tão importante como ela, é a consciência política e histórica que a resposta de Vertov revela sobre a necessidade de articular, em concreto, a arte como trabalho e o

Filosofia Reaccionária, trad. Edições «Avante!», Lisboa/Moscovo, Edições «Avante!»/Edições Progresso, 1982.

20- CUNHAL, *A Arte, o Artista e a Sociedade*, p. 116.

21- BARATA-MOURA, «Sobre a Reflexão de Álvaro Cunhal em Torno da Arte», p. 111.

trabalho como arte. Nenhum deles seria o cineasta que foi, assumindo o seu trabalho artístico como um complexo de práticas individuais e colectivas enredadamente imaginativas, transformadoras, emancipadoras, sem a Revolução Socialista de Outubro de 1917.